

“Uma nova frente falsamente modernizante tenta solapar os direitos indígenas: a convergência entre mineração e agronegócio”

Maria Rosário de Carvalho/UFBA

A minha intervenção na MR buscará, preliminarmente, apresentar dados que demonstrem que a demarcação de terras indígenas no Brasil está sendo gravemente afetada pelo avanço desenfreado do agronegócio e da mineração, no âmbito de um pacto em que os interesses de grandes empresas mineradoras e agropecuárias privadas e do executivo federal confluem e se retroalimentam, ora confrontando a constituição federal formalmente em vigor, ora tangenciando-a mediante Decretos e PLs atentatórios à integridade física e cultural dos povos originários. Para a consecução deste objetivo, apresentarei

- a) os efeitos deletérios sobre a bio e a sociodiversidade, com ênfase sobre as cosmologias e organizações sociais e políticas desse povos;
- b) como eles estão reagindo a essa escalada de violência é o outro aspecto a ser tratado, mediante duas ou três experiências históricas impactantes;
- c) como estão reagindo o MPF e organizações da sociedade civil;
- d) a dinâmica frenética impulsionada por parlamentares representantes dos setores mineradores e agropecuários ou a eles estreitamente associados através de Pls e outros mecanismo legislativos;
- e) a PEC 237;
- f) os beneficiários e os povos indígenas ameaçados por esses PLs;
- g) o parecer 001 da Advocacia-Geral da União (AGU);
- h) a precarização extrema da estrutura da Fundação Nacional do Índio como parte do enredo concertado;
- i) Milícias privadas do agronegócio atuando sob a designação de empresas de segurança privada: a opressão sobre os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul;
- j) A concentração fundiária provocada pelo agronegócio e a correlata dependência da economia nacional;
- k) agronegócio como falso sinônimo de modernidade e desenvolvimento.